

Projecto-Resolução n.º 462/XV/1ª

Pela defesa e promoção da produção agrícola portuguesa

Exposição de motivos

A crise pandémica provocada pela Covid-19 veio agravar ainda mais a situação em que já se encontrava o sector da agricultura em Portugal. A crise decorrente da pandemia obrigou a graves e severas medidas restritivas nomeadamente no que concerne à liberdade e mobilidade.

Como tal, estas medidas tiveram um impacto significativamente negativo em todos os setores económicos, incluindo a agricultura.

Face a este cenário dramático, e que bem sabemos ter sido completamente imprevisível, o Governo propôs uma série de medidas de apoio aos cidadãos, às empresas e aos vários setores económicos. A verdade é que os apoios foram efetivamente importantes, no entanto, o CHEGA tem dúvidas que tenham sido suficientes e devidamente alocados.

Hoje, a pandemia encontra-se controlada e esperamos que o pior já tenha passado. Podemos, finalmente, fazer um balanço e não podemos deixar de concluir que o Governo não esteve à altura do desafio: verificam-se inúmeras falhas nos apoios prometidos, como no caso dos lares<sup>1</sup>, nas IPSS<sup>2</sup>, ou mesmo nos pedidos de “lay-off” simplificado<sup>3</sup>, onde se chega ao ponto de estar a ser pago com quase dois anos de atraso<sup>4</sup>.

Em relação aos apoios às micro e pequenas empresas afetadas pela pandemia, estas supostamente teriam acesso a uma linha de crédito que estava prevista ser de 750

---

<sup>1</sup> [Covid-19: Tribunal de Contas detecta falhas nos apoios estatais dados aos lares | Covid-19 | PÚBLICO \(publico.pt\)](#)

<sup>2</sup> [Falhas no apoio às IPSS. “O mais urgente era chegar com rapidez às pessoas”, diz ministra da Solidariedade - Renascença \(sapo.pt\)](#)

<sup>3</sup> [Tribunal de Contas aponta falhas nos pedidos de lay-off simplificado em 2020 \(dn.pt\)](#)

<sup>4</sup> [Apoio do lay-off pago com quase dois anos de atraso \(jn.pt\)](#)

milhões de euros, mas acabou por ser de apenas 100 milhões de euros e surgiu com 5 meses de atraso, e que apenas mobilizou cerca de 3% do previsto no OE de 2021<sup>5</sup>.

No que concerne especificamente aos agricultores portugueses, observa-se também uma reiterada falta de respeito por parte do Governo. Os apoios prometidos vezes sem conta continuam por aparecer<sup>6</sup>, deixando os agricultores portugueses numa situação de desespero e ficando evidente que estes não têm o reconhecimento que merecem.

Para agravar a situação da crise pandémica, todo o sector da agricultura é também afetado pelo grave problema da seca. E uma vez mais, no início do ano 2022, verificaram-se promessas de apoios da parte do Governo, mas o executivo voltou a falhar aos agricultores portugueses<sup>7</sup>.

O Governo tem priorizado a agenda globalista e a luta contra as alterações climáticas (que bem sabemos ser importante), no entanto, tem adoptado políticas completamente ineficazes e que apenas servem para aumentar a receita fiscal, criando mais burocracias, impostos e taxas ambientais. Já a questão da soberania energética e da soberania alimentar é sempre colocada de lado.

Em suma, o problema da seca, a geopolítica mundial cada vez mais instável consequência da Guerra na Ucrânia, e a falta de políticas direccionadas ao sector, fazem com que os agricultores e todo o sector da agricultura portuguesa viva tempos verdadeiramente dramáticos.

Esta não é, no entanto, uma situação só provocada pela conjuntura actual. Todo este sector vem há anos a ser prejudicado pelas políticas europeias que simplesmente destruíram uma área económica estratégica para Portugal.

As políticas agrícolas da União Europeia têm de mudar e Portugal deve desempenhar o seu papel como motor dessa mudança. Não se pode proibir aos Estados-membros o uso de certos produtos na indústria deste sector, mas permitir negócios com Estados terceiros que não têm as mesmas restrições, acabando por criar distorções na concorrência e prejudicando os produtores portugueses. Muito simplesmente deve

---

<sup>5</sup> [Micro e pequenas empresas só usaram 3,3% do apoio previsto no OE 2021 | Covid-19 | PÚBLICO \(publico.pt\)](#)

<sup>6</sup> [CAP acusa Governo de falhar pagamento dos 500 milhões do Pedido Único – ECO \(sapo.pt\)](#)

<sup>7</sup> ["O Governo está a gozar com os agricultores", acusa CAP - Renascença \(sapo.pt\)](#)

haver o respeito pelo princípio da reciprocidade e não permitir a importação de produtos alimentares que tenham sido tratados com substâncias fitossanitárias e pesticidas que são proibidos no nosso território e na União Europeia pela política que segue no sector agroalimentar, de forma a garantir a sua qualidade.

Assim sendo, é urgente uma mudança séria na forma como as políticas agroalimentares de cada país da Europa são levadas a cabo. As crises recentes, e nomeadamente a mais recente em termos geopolíticos, fazem antever a importância da produção agrícola nacional, por forma a salvaguardamos a soberania alimentar do país.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentalmente aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, recomendam ao Governo que:

1. Instigue no seio do Conselho Europeu, uma mudança nas normas comunitárias de forma a proibir a entrada e importação de produtos agroalimentares que tenham normas menos exigentes para a produção agrícolas que as normas europeias, nomeadamente no que diz respeito à utilização de produtos fitofarmacêuticos.
2. Promova a produção agrícola portuguesa face à desleal concorrência de países terceiros, com a implementação de mecanismos de controlo de importações extracomunitárias.
3. Dê início à criação de um verdadeiro plano Nacional de Defesa e Promoção da produção agrícola de Portugal, fomentando todo o potencial económico do sector, com vista também a salvaguardar a soberania alimentar do país.
4. Atendendo à vulnerabilidade económica do sector agrícola português e apesar da prorrogação dos prazos de execução do PDR2020, sejam imediatamente executados os mil e trezentos milhões de euros previstos e cujo pagamento deveria ter ocorrido até 2020.

Palácio de São Bento, 17 de Fevereiro de 2023,

3

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá  
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -  
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa